



demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

exercício de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2025

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

A economia brasileira encerrou 2025 demonstrando resiliência frente ao protecionismo global e ao ciclo de cortes do *FED - Federal Reserve*, com o PIB consolidando alta de 2,26%. Internamente, o país viveu o paradoxo de um mercado de trabalho aquecido (5,2% de desocupação) sob uma Selic restritiva em 15,0%, o que permitiu ao IPCA (4,26%) fechar o ano dentro do intervalo da meta. No setor bancário, a adequação à Resolução CMN nº 4.966/21 reforçou provisões frente a uma inadimplência total de 4,1%. O ponto de atenção reside no segmento de pessoas físicas, cujo salto para 5,0% evidencia orçamentos familiares no limite, exigindo cautela na concessão de crédito ao varejo, enquanto a inadimplência de empresas permaneceu estável em 2,5%.

No âmbito sistêmico, o crédito ampliado atingiu recordes, impulsionado pela dívida pública e linhas corporativas. O Espírito Santo destacou-se com expansão do PIB de 3,0% (até setembro), superando a média nacional e alcançando o valor histórico de R\$ 242 bilhões, ancorado pela agropecuária e indústria extrativa. Contudo, esse aquecimento e a pressão em preços administrados — como o salto de 17,5% na energia elétrica — levaram a Grande Vitória ao maior IPCA do país (4,99%). No comércio exterior, o estado consolidou sua força com US\$ 3,2 bilhões em exportações agropecuárias, lideradas pelo café conilon. Sustentado pelo Rating A+ e por uma governança fiscal de excelência, o Espírito Santo posiciona-se como um hub de alta solvência, com investimentos projetados em R\$ 104,3 bilhões até 2030 nos setores de infraestrutura, metalurgia e energia.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como um pilar da economia capixaba, o Banestes reafirma em 2025 sua trajetória de crescimento sustentável. Através da sinergia entre Negócios, Tecnologia e Capital Humano, o compromisso social foi convertido em números sólidos, expandindo a carteira de crédito e liquidez para garantir soluções financeiras que impulsionam o desenvolvimento regional com segurança e inovação.

- ✓ Sob a ótica do desempenho financeiro e econômico, o Banco registrou um faturamento de R\$ 6,0 bilhões em 2025 (+16,9% em 12 meses), impulsionado pelo dinamismo da receita de crédito (+23,6% em 12 meses) e pela receita oriunda da gestão eficiente do caixa e equivalentes (+123,3% em 12 meses). No quarto trimestre, o Lucro Líquido atingiu R\$ 115 milhões, totalizando R\$ 340 milhões no exercício; o resultado anual, embora impactado pelo cenário de juros (Selic) que

elevou as despesas financeiras principalmente o custo com depósitos de clientes (+31,7% em 12 meses), foi afetado pela atualização de critérios do modelo de apuração de custo de risco de crédito. Este exercício foi marcado por uma postura prudencial, com o fortalecimento das provisões de *impairment* (R\$ 310 milhões), visando a perenidade da companhia. Paralelamente, a expansão nas receitas de serviços (+4,1% em 12 meses) neutralizou parcialmente o aumento nos investimentos em capital humano e infraestrutura administrativa, resultando em um índice de cobertura geral¹ de 33,7%. A eficiência operacional² do período foi de 55,7% (66,4% ajustado ao risco³), patamares que reforçam o compromisso com uma gestão austera e voltada à sustentabilidade do negócio;

- ✓ A robustez da estrutura de capital da Instituição refletiu-se em um Patrimônio Líquido de R\$ 2,4 bilhões, registrando uma expansão anual de 4,7%. Este fortalecimento é evidenciado pelo Índice de Basileia de 14,3%, composto integralmente por Capital Nível I, o que demonstra uma solvência confortável e superior aos requisitos regulatórios. A gestão estratégica do capital foi evidenciada pela elevação de 18,8% no Capital Social (atingindo R\$ 1,9 bilhão). No âmbito da rentabilidade, o exercício de 2025 entregou um ROE⁴ de 14,4% e um ROA⁵ de 0,9%, reafirmando a capacidade de gerar retornos consistentes aos investidores. Reforçando o compromisso com a geração de valor, foram destinados aos acionistas R\$ 237 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JCP) no acumulado do ano, dos quais R\$ 132 milhões foram distribuídos apenas no último trimestre, assegurando uma remuneração atrativa e contínua;
- ✓ O encerramento de 2025 consolidou a solidez do Banestes, com o Ativo Total expandindo 7,5% no ano, chegando a R\$ 39,7 bilhões, sustentado pelo crescimento de 8,3% na carteira de Empréstimos e Recebíveis e pelo robusto incremento de 38,2% na liquidez imediata (Disponibilidades e Reservas no Banco Central). A gestão ativa da Tesouraria no último trimestre permitiu uma ágil realocação em instrumentos de dívidas e patrimônio otimizando a rentabilidade institucional, enquanto, os recursos em créditos a instituições financeiras (R\$ 5,8 bilhões) avançaram 29,2% em doze meses, fortalecendo a posição financeira da Instituição. Como resultado, o Caixa e Equivalentes totalizaram R\$ 6,1 bilhões, um expressivo aumento anual de 39,1%. Reafirmando o compromisso com a perenidade do negócio, o Banestes mantém foco rigoroso na sofisticação de suas políticas de concessão de crédito, priorizando garantias de alta qualidade, o aprimoramento contínuo dos processos de reestruturação de ativos e a eficiência na recuperação de créditos, assegurando uma carteira resiliente e alinhada às melhores práticas de mercado;
- ✓ A Carteira de Crédito a Clientes encerrou o exercício com o saldo sólido de R\$ 12,7 bilhões (+8,1% em 12 meses), refletindo o dinamismo comercial em todos os segmentos. O crédito para Pessoa Física atingiu R\$ 8,7 bilhões, enquanto o segmento Corporativo somou R\$ 4,0 bilhões, com um perfil de alocação que reforça nosso papel social e econômico: 66,8% das concessões corporativas foram destinadas a micro, pequenas e médias empresas, motores da economia local. Entre as modalidades, o Crédito Rural apresentou um desempenho excepcional, com expansão de 43,8% em doze meses, seguido pela consistência do Crédito Pessoal (+9,8% em 12 meses). Em sua visão ampliada, que inclui títulos privados e garantias, o saldo alcançou R\$ 15,1 bilhões, evidenciando a escala da operação bancária;

¹ Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas administrativas (pessoal e outras).

² Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira (excluída provisão para créditos de liquidação duvidosa).

³ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira.

⁴ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de dezembro de 2025 e dezembro de 2024.

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de dezembro de 2025 e dezembro de 2024.

- ✓ O compromisso com a qualidade dos ativos é evidenciado pelo índice de inadimplência superior a 90 dias, que encerrou o exercício em patamares controlados de 2,3% (1,9% no conceito ampliado). A robustez da carteira é ratificada pela sua classificação por estágios, onde 86,0% das operações encontram-se no Estágio 1 (baixo risco), demonstrando a alta qualidade do crédito originado. No segmento de Pessoa Física, a inadimplência manteve-se em excelentes 1,7%. Ciente dos desafios macroeconômicos que impactaram o segmento corporativo no ano, o Banestes reforçou preventivamente sua política de concessão e gestão de garantias, intensificando o monitoramento de ativos com potencial de *default*. Essa postura cautelosa e o aprimoramento constante dos nossos modelos estatísticos garantem que a Instituição permaneça resiliente, priorizando a segurança e a sustentabilidade das operações de crédito;
- ✓ A confiança do mercado e a capilaridade da marca refletiram-se no robusto desempenho da captação, com os depósitos de clientes atingindo R\$ 24,1 bilhões (+5,4% em 12 meses). Este avanço foi sustentado pela estabilidade da poupança (+1,6% em 12 meses) e pela expansão dos depósitos a prazo (+6,8% em 12 meses), evidenciando a fidelidade da base de clientes em um cenário de busca por rentabilidade. Estrategicamente, o Banestes diversificou suas fontes de financiamento, com um aumento de 14,2% no ano em títulos de dívida emitidos e uma gestão ativa de recursos de instituições financeiras, que totalizaram R\$ 10,0 bilhões (+12,4% em 12 meses). A base de relacionamento da Instituição segue em trajetória de crescimento, alcançando 1,45 milhão de clientes (+2,5% em 12 meses), com destaque para a marca de 1,07 milhão de contas correntes ativas (+3,8% em 12 meses). Adicionalmente, o volume de recursos em fundos administrados saltou para R\$ 8,8 bilhões (+17,3% em 12 meses), consolidando sua posição como um gestor de ativos relevante e reafirmando a preferência dos capixabas pelas suas soluções de investimento;
- ✓ No âmbito da gestão operacional, as despesas administrativas totais (pessoal e outras administrativas) somaram R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2025, refletindo um ajuste planejado de 11,4% em 12 meses. Esse incremento foi impulsionado por movimentos estratégicos fundamentais para a perenidade do negócio: o fortalecimento da presença de mercado da Instituição através de investimentos em publicidade e propaganda, e a conclusão do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), que moderniza sua estrutura de capital humano. No quarto trimestre, o volume de despesas de R\$ 343 milhões reflete a concentração de investimentos em tecnologia e pessoal, sempre sob a diretriz de racionalização de custos e preservação da excelência no atendimento. O Banco manteve um rigoroso controle estrutural de suporte e *backoffice*, com o índice de cobertura geral atingindo 33,7% no acumulado do ano, evidenciando que os esforços de otimização caminham em paralelo ao foco na melhor experiência para o cliente;
- ✓ A estratégia de diversificação de receitas apresentou resultados expressivos em 2025, com o resultado de serviços e comissões atingindo R\$ 216 milhões (+15,5% em 12 meses). Este desempenho foi impulsionado pela expansão vigorosa nas frentes de corretagem de seguros (+28,8% em 12 meses) e de cartões de crédito e débito (+32,2% em 12 meses), refletindo o sucesso na oferta de soluções completas aos clientes. No âmbito da transformação digital, a preferência pelos canais remotos consolidou-se como o principal motor de engajamento: o Aplicativo Banestes superou 195 milhões de transações no exercício, enquanto as operações financeiras em canais digitais cresceram 11,2%, superando a marca de 83 milhões de transações. Estes indicadores ratificam a eficiência da nossa jornada de digitalização, elevando a conveniência para o usuário e otimizando a escala operacional do Banco;

- ✓ No 4T2025, o Banestes registrou um montante de R\$ 56 milhões destinados a impostos, contribuições e encargos sociais. No consolidado do ano, o montante atingiu R\$ 379 milhões, o que reflete um crescimento de 5,8% frente a 2024. Desse total acumulado, R\$ 277 milhões foram recolhidos aos cofres públicos sob a forma de impostos e contribuições — uma expansão anual de 6,6% que evidencia a relevância das operações da Instituição para a arrecadação estatal. Complementando o quadro fiscal, os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos totalizaram R\$ 102 milhões no período, registrando uma elevação de 3,7% na comparação anual; e
- ✓ A solidez financeira do Banestes é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. Em 2025, a *Fitch Ratings* reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(br)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a *Moody's Local Brasil* atribuiu ao Banestes o rating de emissor 'AA.br', com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da Instituição no cenário regional.

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes. Com uma rede composta por 738 pontos de atendimento (148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 322 correspondentes), o Banco mantém a capilaridade em harmonia com a maturidade de suas plataformas digitais. Em 2025, essa evolução refletiu-se na preferência dos usuários pelos meios remotos: o Aplicativo Banestes registrou mais de 195 milhões de transações (incluindo consultas), um aumento de 6,0% em doze meses, enquanto as transações financeiras nos canais digitais (Aplicativo e Internet Banking) superaram 83 milhões de operações, crescendo 11,2% em relação ao ano anterior.

O Banestes reafirma seu compromisso com a modernidade e a excelência no atendimento ao cliente, consolidando um investimento de aproximadamente R\$ 126 milhões em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao longo de 2025. Este aporte estratégico foca na competitividade do Banco em um cenário digital, priorizando segurança cibernética, infraestrutura em nuvem e o aprimoramento contínuo da experiência no App Banestes. Neste período, destacam-se avanços significativos em Inteligência Artificial (IA) e governança de dados, com a implementação de soluções que otimizam a análise de negócios e a automação de processos internos. Essas iniciativas permitem uma tomada de decisão mais assertiva e personalizada para o cliente.

Além do investimento tecnológico, o Banco colhe os frutos de sua transformação cultural e operacional. Com a maturação de novas metodologias de trabalho e a capacitação contínua de nossas equipes, alcançamos uma redução de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais. Esse ganho de agilidade, somado à evolução dos nossos indicadores de *Business Agility*, consolida uma estrutura mais resiliente, eficiente e preparada para as rápidas transformações do mercado financeiro.

Em 2025, o Banestes consolidou a preferência dos clientes pelo Pix, registrando 65 milhões de envios (+25,0%) e 38 milhões de recebimentos (+17,0%) em comparação a 2024. Esse volume gerou uma receita de mais de R\$ 5 milhões em transações de empresas (PJ). No mesmo período, o Banco fortaleceu sua estratégia para o segmento corporativo ao implementar a

autorização de pagamentos a fornecedores via aplicativo e o "float zero" na folha de pagamento, permitindo o crédito aos funcionários no mesmo dia do processamento e otimizando o fluxo de caixa das empresas.

No segmento de cartões, o Banestes registrou um faturamento consolidado de R\$ 5,6 bilhões em 2025, um avanço de 3,3% frente ao exercício anterior. Este resultado foi impulsionado pelo desempenho do Banescard Visa, que faturou R\$ 5,0 bilhões — crescimento de 25,5% em relação a 2024. Tal incremento reflete a bem-sucedida estratégia de descontinuidade do produto Banestes Visa e a migração da base de clientes para a marca própria. No mercado *premium*, o Banco consolidou seu portfólio com o lançamento do Banescard Visa *Infinite Absoluto*, exclusivo para o segmento de alta renda, com benefícios como acesso ilimitado a salas VIP, pontuação sem expiração e isenção de IOF. A estratégia de engajamento durante o ano de 2025 foi potencializada por ações promocionais de alto impacto, como a campanha de 88 anos do Banestes, que ofereceu bonificação inédita de 8,8 pontos por dólar gasto, e a campanha "Se Liga nos Pontos", que gerou faturamento incremental superior a R\$ 50 milhões.

Com foco no aprimoramento da jornada do cliente, houve avanços significativos na digitalização das transações dos cartões Banescard Visa com a integração às carteiras digitais *Google Pay* e *Samsung Pay*. Além disso, foram implementadas novas notificações proativas para recusas de compras, conferindo maior transparência e autonomia ao usuário e a funcionalidade de limite reservado para cartões adicionais no Banescard Visa, otimizando a gestão financeira familiar. O Programa de Fidelidade foi fortalecido mediante a inclusão de vouchers e vales-combustível como opção de resgate, além da ampliação do uso de pontos para o pagamento de prêmios de Seguro Automóvel. Adicionalmente, o serviço "Pagar com Pontos" foi expandido, permitindo a utilização direta da pontuação para consumo em estabelecimentos comerciais credenciados.

O Bizi, nosso banco digital, encerrou 2025 com forte desempenho operacional e financeiro, originando R\$ 39 milhões em crédito consignado — um avanço de 70,0% em relação ao ano anterior, superando a marca de R\$ 62 milhões em concessão de crédito desde o seu lançamento. A operação foi responsável por quase 10,0% do crescimento da carteira de consignado do Banestes no ano. O período também foi marcado pela diversificação do portfólio, com o início da oferta de seguros, e pela expansão da base de clientes através do novo convênio com a Universidade de São Paulo (USP), reforçando a estratégia de incremento da rentabilidade do negócio. No mesmo contexto, o Banestes avançou ainda mais na digitalização da jornada de crédito consignado, registrando um crescimento expressivo na utilização via aplicativo. As melhorias no processo de contratação do canal resultaram em um aumento de 31,6% na quantidade de contratos realizados via *App* em comparação ao exercício de 2024.

A carteira de crédito industrial atingiu, no final de 2025, a marca de R\$ 80 milhões, superando as projeções iniciais para o período. Dentre as linhas de crédito com repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destaca-se o produto Crédito Emergencial BNDES Brasil Soberano por meio do qual o Banestes apoiou as empresas que foram afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos, com acesso a recursos de longo prazo e taxas subsidiadas pelo Governo Federal.

Em continuidade às ações de fomento econômico, a carteira de crédito rural atingiu R\$ 1,2 bilhão, representando um crescimento de 43,8% em comparação ao final de 2024. Especificamente no que tange à Safra 2025/2026, as liberações somaram R\$ 464 milhões até o encerramento do 4T2025, o que equivale a uma alta superior a 13,6% frente ao ciclo anterior. Tais números consolidam o Banestes como parceiro estratégico para o desenvolvimento do agronegócio capixaba.

Ao longo de 2025, o Banestes consolidou a sustentabilidade e os princípios ESG como pilares de sua cultura, priorizando a integração entre ética, bem-estar e responsabilidade. No pilar de Gestão de Pessoas, a Instituição expandiu sua capacidade operacional com a admissão de 93 profissionais em cargos estratégicos e técnicos, após a convocação de 164 candidatos de concurso público. Enquanto esses novos colaboradores passavam por processos de integração focados em *compliance*, o corpo funcional vigente foi valorizado com reajustes salariais de 5,68% e ganhos de até 6,10% nos benefícios de alimentação.

Paralelamente, o cuidado com o capital humano foi fortalecido por meio do Programa Cuidar 360º, que atua nas dimensões física, emocional, financeira e social. Foram realizadas iniciativas de saúde mental e acolhimento que reafirmaram o compromisso em promover um ambiente equilibrado, gerando impactos positivos no clima organizacional e na imagem institucional.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o ano de 2025 marcou a implementação da Política de Tecnologias Assistivas para colaboradores PcD e a manutenção da parceria com a *Affetic Baby*. O engajamento social foi reforçado pelo voluntariado em ações como a Campanha do Agasalho e o Baneskids, além de um calendário ativo de conscientização mensal sobre temas como diversidade, saúde e inclusão.

Em observância às diretrizes de transparência estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o Banestes apresenta o consolidado dos seus indicadores de equidade de gênero para o exercício de 2025. O quadro funcional encerrou o período com 2.174 colaboradores, dos quais 851 são mulheres, representando 39,1% da força de trabalho total.

Nível Hierárquico	Mulheres (2025)	Total de Colaboradores	Proporção Feminina
Diretoria	1	8	12,50%
Superintendentes e Gerente Geral	72	216	33,30%
Coordenador e Gerentes Administrativo	155	332	46,70%
Operacional	619	1.599	38,70%
Total Geral	851	2.174	39,10%

No que tange à Administração e Conselhos (Administrativo, Fiscal e Auditoria), a representatividade feminina em 2025 é de 21,1%, com 4 mulheres entre os 19 membros totais. Quanto à paridade salarial, o relatório demonstra conformidade robusta:

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio (F/M)
Diretoria	39.006,82	39.050,29	99,80%
Superintendentes e Gerente Geral	16.701,69	16.507,63	101,10%
Coordenador e Gerentes Administrativo	11.519,83	12.020,56	95,80%
Operacional	8.797,65	7.983,36	110,20%
Total Geral	7.313,78	13.204,40	55,30%

No que tange à força de trabalho, o Banestes registrou uma redução nominal no quadro feminino, passando de 893 mulheres em 2024 para 851 em 2025. Contudo, é fundamental destacar o avanço qualitativo na estrutura de liderança, onde a participação feminina nos níveis de Gerência e Superintendência cresceu de 71 para 72 colaboradoras no período. No pilar de remuneração, especificamente no nível de Diretoria, a média salarial das mulheres evoluiu de R\$ 36.910,31 para R\$ 39.006,82,

patamar que assegura a manutenção da paridade plena com a média masculina para a função. Quanto à representação nos Conselhos (Administrativo, Fiscal e de Auditoria), a bancada feminina permaneceu estável com 4 integrantes. No entanto, devido ao aumento do número total de assentos nos colegiados, que passou de 15 para 19 membros, observou-se uma variação na representatividade proporcional dentro desses órgãos de governança.

Em 2025, o Banestes investiu R\$ 20 milhões em ações estratégicas direcionadas à modernização da marca e ao suporte direto aos negócios. O pilar central dessa estratégia foi a visibilidade institucional, com destaque para o projeto de *rebranding*, que integrou a tradição de quase um século do Banco à agilidade exigida pelo futuro digital.

No segmento de crédito, as campanhas publicitárias impulsionaram frentes como o microcrédito e o crédito rural, levando a carteira do agronegócio a patamares históricos. Além disso, a comunicação priorizou os produtos de crédito consignado e imobiliário, bem como a campanha Zera Dívida, iniciativa fundamental para a recuperação financeira e a reintegração de clientes ao mercado.

No pilar de fomento sociocultural e esportivo, a Instituição aportou cerca de R\$ 15 milhões em patrocínios, viabilizando 183 iniciativas estratégicas. O portfólio de apoios contemplou ativos de alta relevância regional, como o Carnaval de Vitória e a Festa da Penha, além de plataformas de negócios essenciais para a economia local, a exemplo da Cachoeiro Stone Fair, e de diversas competições esportivas. Essas ações, pautadas pela conformidade legal, não apenas asseguraram visibilidade à marca, mas também reafirmaram o compromisso do Banestes com o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo em múltiplos eixos de atuação.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e, fundamentalmente, reduzir os riscos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco. Essa área possui unidades dedicadas à gestão e avaliação de diferentes tipos de riscos, incluindo crédito, mercado e liquidez, além de unidades focadas na continuidade dos negócios e na Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FTP).

Em total conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o Banestes adota uma gestão integrada de riscos. Essa abordagem inclui a figura de um Diretor de Riscos e Controle, responsável por todo o Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital assessora o Conselho de Administração em decisões estratégicas.

Para promover uma forte cultura interna de gerenciamento de riscos e *compliance*, o Banco implementou o Programa de Integridade Banestes, baseado em procedimentos normatizados e controles internos alinhados à legislação brasileira de combate à corrupção. Este programa inclui ações e controles para prevenir corrupção e atividades ilícitas, sendo que um canal de denúncias está disponível no site do Banestes para comunicação segura de irregularidades.

No âmbito específico de prevenção, o programa de PLD/FTP da Instituição é abrangente, com políticas e controles robustos para evitar essas práticas, conforme as exigências normativas. Inclusive, para fortalecer a prevenção, há um canal interno de comunicação dedicado à área de PLD/FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

Atuando como “terceira linha”, a Auditoria Interna do Banestes se reporta diretamente ao Conselho de Administração para garantir sua independência e fortalecer a capacidade da Instituição de criar, proteger e sustentar valor. Sua atuação fornece avaliação e consultoria objetivas para aprimorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, o Banco realiza análises gerenciais de risco social, ambiental e climático, monitorando clientes pessoa jurídica com maior potencial de impacto para mitigar perdas e identificar eventos adversos.

Em outro pilar de governança, o Banestes demonstra um forte compromisso com a proteção de dados e a segurança cibernética. A Instituição mantém um Programa de Proteção de Dados abrangente, assegurando a conformidade de toda a sua infraestrutura com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso se reflete na revisão contínua de contratos, que agora incluem cláusulas protetivas específicas, e na disponibilidade de um canal oficial de comunicação dedicado a assuntos relacionados à LGPD.

O SFB conta com contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, visando fortalecer a segurança cibernética e da informação.

Complementarmente, a plataforma de conscientização de segurança foi implantada, e com a aprovação da política e a condução do plano de conscientização 2025/2026, será utilizada para melhorar o mapeamento e a mitigação do risco cibernético em pessoas, através de testes e trilhas de conhecimento, aplicáveis aos diversos momentos dos colaboradores e parceiros, desde o *onboarding* até reciclagens periódicas e campanhas direcionadas para riscos emergentes.

5. EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

No exercício de 2025, o SFB apresentou solidez e crescimento por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional e o foco em inovação tecnológica e governança.

A Banestes Seguros (Banseg) alcançou o maior lucro líquido de sua série histórica, totalizando R\$ 43 milhões. Esse montante representa um ROE de 19,1% e contribuiu com 10,3% do resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total da seguradora cresceu 9,6% em relação a 2024, com destaque para a carteira de pessoas (+16,0%). Este desempenho é sustentado por uma gestão rigorosa de despesas e investimentos em infraestrutura de TI, incluindo a implementação de um novo sistema de gestão para ampliar a eficiência e parcerias em resseguros. Adicionalmente, a seguradora atualizou sua governança à nova Lei de Seguros e avançou na agenda ESG, mitigando riscos após a aprovação de sua Matriz de Materialidade.

A Banestes Corretora (Banescor) registrou lucro líquido de R\$ 47 milhões em 2025, montante que corresponde a 11,4% do resultado consolidado do SFB. Esse desempenho reflete o fortalecimento da atuação da Corretora no mercado e o crescimento consistente na produção de seguros. Entre os principais vetores desse resultado, destaca-se o seguro de Acidentes Pessoais (BAP), que atingiu R\$ 38 milhões em produção — um avanço expressivo de 144,0% em relação ao ano anterior.

Adicionalmente, a parceria estratégica com a Embracon no segmento de consórcios demonstrou forte tração, somando R\$ 260 milhões e consolidando uma expansão de 106,0% na comparação anual.

Outros produtos do portfólio contribuíram significativamente para o resultado do período. O seguro de vida, operado junto à parceira Banestes Seguros, alcançou R\$ 15 milhões, com alta de 14,0%. No segmento de proteção financeira, o Prestamista PJ registrou R\$ 19 milhões (+89,0%), enquanto o Prestamista PF atingiu R\$ 9 milhões, apresentando um expressivo aumento de 324,0%. O seguro residencial totalizou R\$ 7 milhões (+2,0%), ao passo que o seguro automóvel somou R\$ 8 milhões, com uma retração de 6,4%. Já o seguro empresarial encerrou o exercício com produção de R\$ 2 milhões, representando uma queda de 20,4%.

No segmento de previdência, a Banescor encerrou o ano com uma carteira de R\$ 984 milhões, crescimento de 15,7% frente a 2024. Os pagamentos mensais alcançaram R\$ 3 milhões, refletindo a excelência na gestão e o aprimoramento da oferta de produtos. Por outro lado, a previdência de aporte e portabilidade registrou R\$ 155 milhões em produção, desempenho 45,0% inferior ao exercício anterior. Por fim, complementando o portfólio de benefícios, a comercialização de planos odontológicos totalizou 119 mil unidades, representando um crescimento de 45,0% no período.

A Banestes Asset, especializada na gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, encerrou 2025 com uma performance robusta, atingindo R\$ 9,3 bilhões sob gestão (+24,0% em 12 meses). A Asset apurou lucro líquido de R\$ 19 milhões (+19,7% em 12 meses), totalizando R\$ 66 milhões quando somado à operação da Banescor. Esse resultado, que representa 15,9% do resultado consolidado do SFB, é sustentado por um portfólio diversificado em renda fixa, multimercados e ações, com destaque estratégico para o fundo imobiliário BCRI11, que já supera a marca de 42 mil cotistas.

A Banestes Loteria, apresenta-se como uma subsidiária integral de capital fechado, constituída em agosto de 2024 para explorar com exclusividade o serviço público de loterias no Espírito Santo, operando atualmente em fase pré-operacional sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador (Banestes). Do ponto de vista de gestão financeira, a companhia mitiga custos fixos ao utilizar a infraestrutura e o quadro de pessoal do controlador, mantendo uma governança centralizada no acionista único e uma diretoria simplificada. O aporte de capital adicional de R\$ 1 milhão realizado em agosto de 2025, totalizando um capital social de R\$ 2 milhões, reforça a manutenção da liquidez e continuidade operacional enquanto a empresa avança na prospecção de um parceiro estratégico, etapa crucial para a transição do estágio pré-operacional para a geração efetiva de resultados.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O Banestes informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada

diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do Banestes expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	12
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	13
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	14
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	18
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	21
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	40
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	43
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	56
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	57
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	58
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	58
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	59
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	61
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	63
13. OUTROS ATIVOS	64
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	65
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	65
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	65
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	66
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	66
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	67
21. OUTROS PASSIVOS	69
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	70
23. MARGEM FINANCEIRA	71
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	71
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	72
26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	72
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	72
28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	72
29. DESPESA DE PESSOAL	73
30. PROVISÕES	73
31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	73
32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	74
33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	74
34. RESULTADO POR AÇÃO	75
35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75
36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	77
37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	77
38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
39. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	82
40. OUTRAS INFORMAÇÕES	83
41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.918.306	1.388.546
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	513.268	398.683
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	15.131.579	14.232.497
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		15.131.579	14.232.497
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	20.384.883	19.378.369
Créditos a Instituições Financeiras		5.755.762	4.454.743
Empréstimos e Recebíveis		12.220.771	11.285.113
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		2.408.350	3.638.513
Operações de Seguros		27.602	27.602
Outros Ativos	13	653.137	592.409
Ativos Fiscais Diferidos	12	383.425	308.518
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	48.243	46.404
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	219.409	163.966
Ativos Intangíveis	16	404.959	379.917
Total do Ativo		39.684.811	36.916.911

PASSIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	10.024.879	8.917.652
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	24.068.733	22.841.860
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.284.761	1.125.357
Passivos de Impostos Correntes		5.070	5.363
Passivos de Operações de Seguros		79	3.264
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	24.793	20.460
Passivos para Sinistros Ocorridos	22c	25.607	29.437
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22b	11.515	11.515
Provisões	20	178.665	164.647
Outros Passivos	21	1.614.541	1.463.336
Passivos Fiscais Diferidos	12a	22.937	20.472
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.900.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(21.371)	(31.477)
Reservas de Lucros		544.602	745.025
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.423.231	2.313.548
Total do Patrimônio Líquido		2.423.231	2.313.548
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		39.684.811	36.916.911

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercício	
		31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		5.386.540	4.590.549
Despesas Financeiras		(3.893.580)	(3.146.924)
Margem Financeira	23	1.492.960	1.443.625
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		361.374	347.062
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(145.716)	(160.336)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	215.658	186.726
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	71.933	1.143
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		-	34.570
Resultado de Seguros e Previdência	27	164.943	147.083
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	28	(309.956)	(174.200)
Despesa de Pessoal	29	(653.377)	(580.977)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		31.356	66.973
Provisões	30	(30.680)	(15.101)
Despesas Tributárias	31	(127.972)	(116.271)
Outras Despesas Administrativas	32	(419.792)	(382.634)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	33	(30.482)	(15.370)
Resultado antes da Tribuição sobre o Lucro		404.591	595.567
Impostos Correntes	12	(148.650)	(143.271)
Impostos Diferidos	12	83.978	(23.662)
Lucro Líquido do Exercício	34	339.919	428.634
Resultado do Exercício Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		339.919	428.634
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		347.504	315.912
Ações Ordinárias		254.107	231.006
Ações Preferenciais		93.397	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	34	0,98	1,36

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Exercício	
		31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício		339.919	428.634
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	10	10.106	(25.361)
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	31.846	(35.136)
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(14.110)	(5.637)
Efeito em Impostos	10	(7.630)	15.412
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		10.106	(25.361)
Resultado Abrangente do Exercício		350.025	403.273
Resultado Abrangente do Exercício Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		350.025	403.273

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	(58.000)	-	(151.699)	(209.699)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(58.000)	-	(151.699)	(209.699)
Resultado Abrangente Total	-	-	(25.361)	428.634	403.273
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	428.634	428.634
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(25.361)	-	(25.361)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ.	-	-	-	-	-
VJORA Líquido de Impostos	-	-	(25.361)	-	(25.361)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	276.091	-	(276.935)	(844)
Outras movimentações	-	276.091	-	(276.935)	(844)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.025	(31.477)	-	2.313.548

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.025	(31.477)	-	2.313.548
Transações de Capital com os Sócios	300.000	(300.000)	-	(236.828)	(236.828)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(236.828)	(236.828)
Aumento de Capital	300.000	(300.000)	-	-	-
Resultado Abrangente Total	-	-	10.106	339.919	350.025
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	339.919	339.919
Outros Resultados Abrangentes	-	-	10.106	-	10.106
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ.	-	-	-	-	-
VJORA Líquido de Impostos	-	-	10.106	-	10.106
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	99.577	-	(103.091)	(3.514)
Constituição de Reservas	-	103.091	-	(103.091)	-
Outras movimentações	-	(3.514)	-	-	(3.514)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2025	1.900.000	544.602	(21.371)	-	2.423.231

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Acumulado	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(87.486)	(7.966.988)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado		(1.248.667)	(1.397.272)
Lucro Líquido do Exercício		339.919	428.634
Ajustes ao Lucro		(1.588.586)	(1.825.906)
Depreciação e Amortização	15-16	122.506	100.222
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	27	309.956	174.200
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(71.580)	(89)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.612.892)	(1.669.762)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(442.629)	(599.613)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		9.457	6.855
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		30.681	14.836
Ajuste de Provisão - Outras		1.243	(19.488)
Despesas de Impostos Correntes		148.650	143.271
Despesas com Impostos Diferidos		(83.978)	23.662
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		1.161.181	(6.569.716)
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		7.032	606.651
Reservas no Banco Central		(120.382)	(50.675)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		93.227	60.783
Empréstimos e Recebíveis		(1.234.395)	(2.417.396)
Operações de Seguros		-	(2.046)
Outros Ativos		(62.627)	24.637
Depósitos de Clientes		1.226.873	458.583
Recursos de Instituições Financeiras		1.107.227	(5.725.306)
Títulos de Dívida Emitidos		159.404	445.431
Impostos Pagos		(137.407)	(161.321)
Passivos de Operações de Seguros		(3.185)	891
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		4.333	3.469
Passivos para Sinistros Ocorridos		(3.830)	(10.228)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	2.564
Passivo de Arrendamento		15.651	(13.767)
Outros Passivos e Provisões		109.260	208.014
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		2.041.299	10.719.710
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		7.267	(90.900)
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(14.594.865)	(14.599.838)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		14.980.873	21.821.093
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(429.787)	(650.531)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.987.678	4.133.744
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(36.077)	(45.883)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	22.920	48.065
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(50.151)	(27.956)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	(2.712)	6.427
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(101.994)	(73.859)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	53.896	53.044
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(102.776)	(221.550)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	746	64
Juros Recebidos		306.281	367.790
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			

Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(235.778)	(216.499)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(205.778)	(158.499)
Dividendos pagos		(30.000)	(58.000)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.718.035	2.536.223
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.394.363	1.858.140
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	6.112.398	4.394.363

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2026 (Nota 41).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/12/2025	31/12/2024
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2025 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. A alteração entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não

houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- **Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. *Instrumentos financeiros ao custo amortizado*

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente

atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento

em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default porffolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2025 e 2024
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e

- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No exercício de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para

financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA),

conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverage*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da

simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 44,88%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 15,17%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 27,66%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,40%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a ponderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de *run-off* de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para

refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou *swaps* interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir *spreads* de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre

a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2025, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 115 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2024).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 37.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos

benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a

alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%; ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Ao longo de 2025, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras. Em decorrência dessa mudança de estimativa, foi reconhecido, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, um efeito líquido no montante de R\$ 96.011, com impacto redutor no saldo da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros do Banco.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios,

expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Ajuste de Avaliação Patrimonial", quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Alienação Fiduciária	6.227.150	315.918
Aval/ Fiança/ Caução	110.850	28.272
Cessão/ Consignação	158.836	94.948
Hipoteca/ Penhor	1.605.919	128.231
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	164
Total	8.106.942	567.533

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do período.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	40.396	38.154
Veículos	9.122	9.742
Outros	-	14
Subtotal	49.518	47.910
Provisão p/ Desvalorização	(1.275)	(1.506)
Valor Líquido	48.243	46.404

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	15.131.579	-	-	15.131.579	14.232.497	-	-	14.232.497
Letras Fin. do Tesouro - LFT	13.139.942	-	-	13.139.942	12.880.052	-	-	12.880.052
Letras do Tesouro Nacional - LTN	733.964	-	-	733.964	-	-	-	-
Notas Fin. do Tesouro - NTN	721.512	-	-	721.512	190.598	-	-	190.598
Debêntures	536.161	-	-	536.161	1.082.379	-	-	1.082.379
Letras Financeiras	-	-	-	-	20.456	-	-	20.456
Cotas de Fundos	-	-	-	-	59.012	-	-	59.012
Total	15.131.579			15.131.579	14.246.788	-	-	14.246.788

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	5.755.762	-	-	5.755.762	4.454.743	-	-	4.454.743
Aplicações no mercado aberto	5.427.436	-	-	5.427.436	4.118.781	-	-	4.118.781
Aplicações em depósitos interfinanceiros	328.326	-	-	328.326	335.962	-	-	335.962
Instrumento de Dívida e Patrimônio	2.402.982	-	5.368	2.408.350	3.638.513	-	-	3.638.513
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	506.134	-	-	506.134	1.628.357	-	-	1.628.357
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	499.052	-	-	499.052	502.315	-	-	502.315
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	37.342	-	-	37.342	69.990	-	-	69.990
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	53.719	-	-	53.719	60.960	-	-	60.960
Debêntures	475.396	-	5368	480.764	718.786	-	-	718.786
Letras financeiras	410.098	-	-	410.098	627.875	-	-	627.875
Nota Comercial	421.238	-	-	421.238	30.227	-	-	30.227
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Créditos a clientes	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Riscos potenciais	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Limites a clientes	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Total	20.777.705	1.709.364	160.222	22.647.291	20.966.097	260.769	274.396	21.501.262

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	513.268	398.683
Cotas de fundos de investimento	513.268	398.683
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	-	59.012
Cotas de fundos de investimento	-	59.012

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Ativos problemáticos.

Aumento significativo no risco de crédito

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando uma operação passa a apresentar atraso superior a 30

dias no pagamento do principal ou de encargos e ativos financeiros que sofreram aumento significativo na sua PD desde a sua origem. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias.

Cura (diminuição do risco de crédito)

Considera-se que uma operação apresenta diminuição do risco de crédito quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Ativos problemáticos

São considerados ativos problemáticos operações que possuam mais de 90 dias de atraso, além das operações para as quais existam indícios de que a obrigação pactuada não será integralmente honrada. Neste último caso, enquadram-se operações de contrapartes com falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias. Operações da mesma contraparte, que compartilham risco de inadimplência, também são consideradas para essa mensuração.

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes, agrupando essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

• Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score*

interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/12/2025	31/12/2024
A	5.684.997	743.786
B	464.953	2.016.567
C	2.799.300	2.142.517
D	2.043.037	1.674.494
E	1.114.208	2.375.820
F	147.763	2.805.543
G	-	-
H	462.587	-
Total	12.716.845	11.758.727

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	5.60% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	3.85% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.20% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	4.54% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	5.60% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	5.60% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.51% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de dezembro de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,8362%	0,00%
	Piora 1%	2,8656%	1,04%
	Melhora 1%	2,8071%	-1,03%
Inadimplência PF	Base	2,8362%	0,00%
	Piora 1%	2,8626%	0,93%
	Melhora 1%	2,8100%	-0,92%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	1,8344%	0,00%
	Piora 1%	1,8441%	0,53%
	Melhora 1%	1,8247%	-0,53%
PIB	Base	1,8344%	0,00%
	Piora 1%	1,7787%	-3,03%
	Melhora 1%	1,8917%	3,13%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	10,2345%	0,00%
	Piora 1%	10,6690%	4,24%
	Melhora 1%	9,8169%	-4,08%
Desocupação	Base	10,2345%	0,00%
	Piora 1%	10,3002%	0,64%
	Melhora 1%	10,1693%	-0,64%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	4,4880%	0,00%
	Piora 1%	4,5797%	2,04%
	Melhora 1%	4,3982%	-2,00%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	8,8743%	0,00%
	Piora 1%	9,0965%	2,50%
	Melhora 1%	8,6575%	-2,44%
PIB	Base	8,8743%	0,00%
	Piora 1%	8,2764%	-6,74%
	Melhora 1%	9,5154%	7,22%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	74.257.272	10.853.589	5.170.850	58.232.833	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599
Passivos não Derivativos	40.947.014	21.381.723	4.515.809	15.049.482	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288
Depósitos de Instit. Financeiras	9.684.997	9.550.005	134.992	-	8.909.354	8.775.682	133.672	-
Depósitos de Clientes	29.226.612	11.602.649	4.007.502	13.616.461	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098
Emissão de Títulos	1.583.700	705	247.841	1.335.154	1.383.055	43.411	565.661	773.983
Outros Passivos Financeiros	451.705	228.364	125.474	97.867	247.483	138.628	89.648	19.207

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de

negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE) e de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII):

	31/12/2025				31/12/2024			
	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2025	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024
VaR Trading	429	710	918	429	1.096	1.844	3.289	3.289
Banking	-	58.386	175.158	-	80.122	336.521	470.709	80.122

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.845	-	-	1.845
Total	1.845	-	-	1.845
Posição Líquida	1.845	-	-	1.845

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/12/2025			31/12/2024		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(6.500)	(160.427)	(317.345)	(2.246)	(55.675)	(110.280)
IPCA	(3.715)	(82.143)	(146.616)	(330)	(7.249)	(12.648)
Dólar	(18)	(461)	(923)	(9)	(233)	(466)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.103.457	14.136.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	484.359	398.685
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/ Caract.de Trading	1.845	933

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(1.691)	(40.211)	(76.912)
Índices de Preços	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Moedas	(18)	(461)	(923)
Fundos	(4.809)	(120.216)	(240.433)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a

diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado	2.411.697	2.357.214
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.554)	(382.803)
(-) Ativos Intangíveis	(384.449)	(365.944)
(-) Investimentos significativos em assemblhadas	(40.355)	(13.464)
(-) Créditos Tributários	(1.750)	(3.395)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.522	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.081.665	1.974.411
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.506.673	11.733.546
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.061.026	2.354.758
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	5.075	2.565
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	340	540
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.573.114	14.091.409
Margem sobre o PR considerando IRRBB ¹ e ACP ²	551.488	414.690
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,28%	14,01%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	-	80.122

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

Demonstração do Resultado por Segmento

Em 31 de dezembro de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (3)	1.450.312	42.648		1.492.960
Resultado de Prestação de Serviços (1)	229.478	(3.846)	(9.974)	215.658
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	65.123	15.978	(9.168)	71.933
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	165.142	(199)	164.943
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(309.934)	(22)	-	(309.956)
Despesas de Pessoal (1)	(613.532)	(39.845)	-	(653.377)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	2.385	28.971	-	31.356
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	156.502	-	(156.502)	-
Provisões	(23.931)	(6.749)	-	(30.680)
Despesas Tributárias	(102.538)	(25.434)	-	(127.972)
Outras Despesas Administrativas (2)	(408.434)	(21.531)	10.173	(419.792)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(31.243)	811	(50)	(30.482)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	414.188	156.123	(165.720)	404.591
Impostos Correntes e Diferidos	(8.711)	(55.961)		(64.672)
Resultado Líquido do Exercício	405.477	100.162	(165.720)	339.919
Resultado do Exercício Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	405.477	100.162	(165.720)	339.919
Total do Ativo	40.148.599	637.656	(1.101.444)	39.684.811
Passivo	37.501.055	177.241	(416.716)	37.261.580

Em 31 de dezembro de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.409.100	34.613	(88)	1.443.625
Resultado de Prestação de Serviços (1)	215.129	(20.391)	(8.012)	186.726
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	89	1.143
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	34.570	-	-	34.570
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	147.225	(142)	147.083
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(174.210)	10	-	(174.200)
Despesas de Pessoal (1)	(545.010)	(35.967)	-	(580.977)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	34.293	32.680	-	66.973
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	139.271	-	(139.271)	-
Provisões	(14.490)	(611)	-	(15.101)
Despesas Tributárias	(100.380)	(15.891)	-	(116.271)
Outras Despesas Administrativas (2)	(372.578)	(18.635)	8.579	(382.634)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(16.278)	1.333	(425)	(15.370)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	610.471	124.366	(139.270)	595.567
Impostos Correntes e Diferidos	(127.850)	(39.083)	-	(166.933)
Resultado Líquido do Exercício	482.621	85.283	(139.270)	428.634
Resultado do Exercício Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	482.621	85.283	(139.270)	428.634
Total do Ativo	37.272.915	589.092	(935.985)	36.926.022
Passivo	34.785.040	198.385	(370.951)	34.612.474

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	513.268	513.268	-	398.683	398.683
Cotas de Fundos de Investimento	-	513.268	513.268	-	398.683	398.683
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.131.579	-	15.131.579	14.148.671	83.826	14.232.497
Cotas de Fundos de Investimento		-		-	59.012	59.012
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	14.595.418	-	14.595.418	13.070.650	-	13.070.650
Títulos de Dívida de Emissores Privados	536.161	-	536.161	1.078.021	24.814	1.102.835

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os exercícios apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	2.408.350	2.358.540	1.811.378	547.162	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540
Créditos a Inst. Financeiras	5.755.762	5.755.762	-	5.755.762	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis	12.220.771	12.220.771	-	12.220.771	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113
Depósitos de Clientes (1)	24.068.733	23.712.229	-	23.712.229	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175
Recursos de Inst. Financeiras(2)	10.024.879	10.016.000	-	10.016.000	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652
Títulos de Dívida Emitidos	1.284.761	1.284.761	-	1.284.761	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	167.962	169.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	5.427.437	4.118.779
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.228.600	1.410.592
Letras do Tesouro Nacional - LTN	994.530	576.031
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.204.307	2.132.156
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	516.999	106.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	516.999	106.000
Total	6.112.398	4.394.363

(*) Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for inferior a 90 dias.

Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	101.047	101.973
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	941.911	922.293
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	190.386	88.696
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	517.000	106.000
Total		1.750.344	1.218.962

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

31/12/2025					
Categoria/Papel	sem venc.to.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	923.655	3.878.861	10.329.063	15.131.579
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Perda de Valor Recuperável (Impairment)	-	(437)	(1.833)	(4.868)	(7.138)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	6.722.035	1.281.305	160.772	8.164.112
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.300.509	452.290	48.797	6.801.596
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Perda de Valor Recuperável (Impairment)	-	(4.577)	(8.781)	(1.305)	(14.663)

31/12/2024					
Categoria/Papel	sem venc.to.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	59.012	2.977.294	1.034.402	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	30.596	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	10.182	10.284	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	59.012
Debêntures	-	16.095	1.001.008	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (Impairment)	-	(1.513)	(7.486)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	6.002.495	1.903.848	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	5.343.500	931.789	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	620.961	373.584	1	994.546
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	40.881	599.409	139.823	780.113
Perda de Valor Recuperavel (Impairment)	-	(2.847)	(934)	(88)	(3.869)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2024	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				31/12/2025
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(31.478)	(94.801)	112.277	(7.630)	261	(21.371)

c. Composição do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1ª	2ª	3ª		1ª	2ª	3ª	
Títulos e Valores Mobiliários	(7.138)	-	-	(7.138)	(14.291)	-	-	(14.291)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(6.187)	-	-	(6.187)	(6.056)	-	-	(6.056)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(345)	-	-	(345)	-	-	-	-
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(344)	-	-	(344)	(90)	-	-	(90)
Debêntures	(262)	-	-	(262)	(8.135)	-	-	(8.135)
Letras Financeiras	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Total	(7.138)	-	-	(7.138)	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1ª	2ª	3ª		1ª	2ª	3ª	
Créditos a Instituições Financeiras	(2.813)	-	-	(2.813)	(2.103)	-	-	(2.103)
Aplicações no Mercado Aberto	(2.550)	-	-	(2.550)	(1.937)	-	-	(1.937)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(263)	-	-	(263)	(166)	-	-	(166)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(1.131)	-	(10.719)	(11.850)	(1.766)	-	-	(1.766)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(237)	-	-	(237)	(766)	-	-	(766)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(235)	-	-	(235)	(288)	-	-	(288)
Títulos Públicos Federais - CVS	(18)	-	-	(18)	(33)	-	-	(33)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(25)	-	-	(25)	(29)	-	-	(29)
Debêntures	(225)	-	(10.719)	(10.944)	(338)	-	-	(338)
Letras Financeiras	(193)	-	-	(193)	(295)	-	-	(295)
Nota Comercial	(198)	-	-	(198)	(17)	-	-	(17)
Total	(3.944)	-	(10.719)	(14.663)	(3.869)	-	-	(3.869)

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1ª	2ª	3ª	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos Ativos Financeiros Originados	(794)	-	-	(794)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	8.002	-	-	8.002
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1ª	2ª	3ª	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos Ativos Financeiros Originados	(154)	-	-	(154)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(613)	-	-	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos Ativos Financeiros Originados	(268)	-	-	(268)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	257	-	-	257
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	530	-	(10.712)	(10.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos Ativos Financeiros Originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos Ativos Financeiros Originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Novos Ativos Financeiros Originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	248.259	123.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	248.259	123.623
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	82.056	121.328
Títulos de Renda Fixa - Públicos	82.056	121.328

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	741.929	(47.155)	694.774	688.544	(31.568)	656.976
Crédito Comercial	3.488.668	(156.985)	3.331.683	3.320.339	(154.217)	3.166.122
Imobiliário	2.780.431	(27.981)	2.752.450	2.828.256	(43.756)	2.784.500
Industrial	80.203	(1.968)	78.235	10.134	(221)	9.913
Pessoal	4.085.485	(110.543)	3.974.942	3.719.365	(62.968)	3.656.397
Renegociação	295.869	(131.226)	164.643	326.693	(164.154)	162.539
Rural	1.244.260	(20.216)	1.224.044	865.396	(16.730)	848.666
Total	12.716.845	(496.074)	12.220.771	11.758.727	(473.614)	11.285.113

Movimentação do Impairment

Em 31 de dezembro de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(39.767)	35.455	-	(4.312)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.724)	-	139.580	133.856
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.857)	21.175	16.318
Estágio 2 para o Estágio 1	1.975	(11.094)	-	(9.119)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.984	(43.435)	(34.451)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(5.073)	(5.010)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	45.618	25.418	62.605	133.641
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(34.794)	(4.509)	9.566	(29.737)
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(42.081)	(11.473)	(125.172)	(178.726)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	112.903	72.557	310.614	496.074
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025	112.903	72.557	310.614	496.074

Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com Impactos no Resultado:				
Migração de Estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Composição por vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.716.845	11.758.727
Prestações Vencidas	171.327	85.214
A partir de 1 dia	171.327	85.214
Prestações a Vencer	12.545.518	11.673.513
Até 1 ano	3.926.800	1.167.441
De 1 a 5 anos	3.333.651	2.237.452
Acima de 5 anos	5.285.067	8.268.620

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	658.055	658.055	624.952	624.952
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(164.514)	(131.611)	(156.238)	(124.990)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	51.707	41.366	37.925	30.340
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.336	28.338	32.860	24.389
Adições (exclusões) de caráter permanente	(1.363)	14.649	(1.838)	9.518
Adições (exclusões) de caráter temporário	(16.818)	(13.134)	(450)	(363)
Total dos Valores Devidos	(92.652)	(60.392)	(87.741)	(61.106)
Realização da Reserva de Reavaliação	72	58	691	553
Incentivos Fiscais	4.264	-	4.332	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(88.316)	(60.334)	(82.718)	(60.553)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(1.403)	(1.141)	(498)	(384)
Ativo Fiscal Diferido	47.862	38.660	(12.730)	(10.050)
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.857)	(22.815)	(95.946)	(70.987)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 13,00% e 28,03% para o acumulado de 12 meses de 2025 e 2024, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	201.223	387.753	(413.928)	175.048
Ações Trabalhistas	28.552	8.185	(5.789)	30.948
Ações Cíveis	27.308	6.384	(5.377)	28.315
Contingências Fiscais	17.691	7.209	(4.438)	20.462
Outras Contingências	14.315	68.448	(67.550)	15.213
Ajustes de IFRS*	(11.556)	4.042	(1.903)	(9.417)
Total de Adições Temporárias	277.533	482.021	(498.985)	260.569
Crédito Tributário Não Corrente	1.528	(1.528)	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	279.061	480.493	(498.985)	260.569
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.825	-	101.825
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	29.457	8.979	(17.405)	21.031
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	29.457	110.804	(17.405)	122.856
Total Geral dos Créditos Tributários	308.518	591.297	(516.390)	383.425
Total dos Créditos Tributários Ativos	308.518	591.297	(516.390)	383.425

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2025
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de Leasing	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	20.284	2.801	(255)	22.830
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	39	781	(821)	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(130)	(825)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	3.582	(1.206)	22.004

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2026	42.069	33.646	-	-	75.715
2027	33.840	27.072	-	-	60.912
2028	35.023	28.194	-	-	63.217
2029	23.412	18.729	-	-	42.141
2030	23.411	18.730	-	-	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	-	-	99.299
Total	212.921	170.504	-	-	383.425
Valor Presente	151.467	121.298	-	-	272.765
Valor Presente em 31/12/2024	135.646	108.332	-	-	243.978

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais dados em Garantia	210.524	195.558
Depósitos Trabalhistas	45.486	41.297
Depósitos Cíveis	57.192	52.177
Depósitos Fiscais	105.474	99.978
Depósitos de Sinistros	2.027	1.710
Outros Depósitos	345	396
Impostos e Contribuições a Compensar	61.585	14.370
Pagamentos a Ressarcir	37.625	30.943
Serviços Prestados a Receber	2.335	3.106
Adiantamentos e Antecipações Salariais	7.234	6.536
Adiantamentos para Pagamentos	24.837	26.303
Arrendamentos Operacionais a Receber	-	14
Despesas Antecipadas	63.152	68.024
Participações Pagas Antecipadamente	19.026	18.083
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	105.059	112.534
Devedores Diversos - País	115.457	109.008
Outros Ativos	6.303	7.930
Total	653.137	592.409

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Relações Interfinanceiras		105.059	112.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	3.713	4.612
Sistema Financeiro da Habitação		94.932	100.459
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	2.862	3.711
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	103.784	108.462
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	6.414	7.463
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		105.059	112.534

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Aquisição		
Saldo no Início do Exercício	47.910	65.707
Aquisições	36.804	45.883
Alienações / Baixas	(34.469)	(63.819)
Transferências	(727)	139
Total	49.518	47.910
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Exercício	(1.506)	(1.888)
Desvalorização	(11.318)	(15.372)
Baixas / Alienações	11.549	15.754
Total	(1.275)	(1.506)
Resultado Líquido	48.243	46.404

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2024	4.050	61.259	33.447	120.262	25.177	7.856	101.798	353.849
Aquisições	-	6.030	7.612	34.137	52.838	479	50.149	151.245
Alienações/ Baixas	(444)	(785)	(318)	(4.457)	(53.694)	-	(21.329)	(81.027)
Transferências	-	713	(5.559)	5.340	219	187	-	900
Saldo Final em 31/12/2025	3.606	67.217	35.182	155.282	24.540	8.522	130.618	424.967
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	(2.407)	(32.688)	(19.010)	(90.361)	(14.758)	(6.323)	(24.336)	(189.883)
Depreciação do Exercício	(63)	(5.201)	(1.522)	(9.148)	(1.110)	(414)	(28.060)	(45.518)
Baixas/ Alienações	190	786	287	4.429	108	-	24.043	29.843
Saldo Final em 31/12/2025	(2.280)	(37.103)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(6.737)	(28.353)	(205.558)
Saldo Líquido Final em 31/12/2025	1.326	30.114	14.937	60.202	8.780	1.785	102.265	219.409
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.643	28.571	14.437	29.901	10.419	1.533	77.462	163.966

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Aquisições	15.169	-	55.452	32.155	102.776
Alienações / Baixas	-	(14)	(730)	-	(744)
Transferências	70.669	-	(13)	(70.673)	(17)
Saldo Final em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Depreciação					
Saldo em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Exercício	(20.434)	(555)	(55.999)	-	(76.988)
Baixas / Alienações	-	15	-	-	15
Saldo Final em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Saldo Líquido Final em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959
Saldo Líquido em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
No País:	10.024.879	8.917.652	-	-
Depósitos à Vista	653	911	-	-
Operações Compromissadas	9.430.737	8.691.325	10,43% e 14,90% a.a.	12,02% e 12,15% a.a.
Obrigações por Repasses:	370.747	192.895	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	181.999	185.557	-	-
BNDES	37.856	-	-	-
Finame	50.892	7.338	-	-
Outras Instituições	100.000	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	222.742	32.521	3,00% e 14,90% a.a.	10,50% e 12,15% a.a.
Total	10.024.879	8.917.652		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	653	911		
Exigível a Prazo	10.024.227	8.916.741		
Até 1 ano	9.855.356	8.892.949		
De 1 a 5 anos	168.870	23.792		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.024.879	8.917.652		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Depósitos à Vista	950.505	983.072	-	-
Depósitos a Prazo	18.389.647	17.214.632	2,00% a.a. a 14,90% a.a.	0,57% a 100,00% CDI
Depósitos de Poupança	4.719.128	4.644.156	0,66% a.m. a 0,68% a.m.	0,52% e 0,63% a.m.
Outros	9.453	-	-	-
Total	24.068.733	22.841.860		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.518.350	9.681.063		
Exigível a Prazo	13.550.383	13.160.797		
Até 1 ano	2.176.409	1.642.960		
De 1 a 5 anos	11.021.576	10.930.847		
Acima de 5 anos	352.398	586.990		
Total	24.068.733	22.841.860		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	330.098	573.341	11,92% a.a. a 14,90% a.a.	80,00%CDI e 96,00%CDI
Letras de Agronegócio	954.663	552.016	11,92% a.a. a 14,90% a.a.	80,00%CDI e 96,00%CDI
Total	1.284.761	1.125.357		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	42.824		
De 91 a 360 dias	1.794	514.529		
Acima de 360 dias	1.282.967	568.004		
Total	1.284.761	1.125.357		

Os passivos financeiros denominados de “Títulos de dívida emitidos” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que deversem ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/12/2025					31/12/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	45.070	314	176.179
Constituições/Atualizações	17.641	13.421	7.879	59	39.000	23.464	6.225	2.777	811	33.277
Pagamentos/Reversões	(12.352)	(11.010)	(1.311)	(309)	(24.982)	(24.558)	(11.602)	(7.957)	(692)	(44.809)
Saldo Atual	68.806	63.218	46.458	183	178.665	63.517	60.807	39.890	433	164.647

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de dezembro de 2025, o SFB possuía provisão

trabalhista de R\$ 68.806 (R\$ 63.517 em 31/12/2024) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 42.281 (R\$ 37.807 em 31/12/2024) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.205 (R\$ 3.490 em 31/12/2024).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	16.016	63.095	10.487	60.336
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	27.895	38.576	26.059	36.037
Honorários - Diversas Ações	2.511	-	3.344	-
Outros	36	3.803	-	3.605
Total	46.458	105.474	39.890	99.978

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos

de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 10.346 (R\$ 11.587 em 31/12/2024).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 296.225 (R\$ 346.381 em 31/12/2024).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 476 (R\$ 22.502 em 31/12/2024) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	102.758	77.650
Impostos a Recolher	46.981	40.897
Obrigações por Aquisição de Bens	47.879	58.427
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	141.691	138.578
Obrigações Sociais e Estatutárias	126.307	91.595
Pagamentos a Efetuar	82.210	125.839
Receita Diferida	-	3.437
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	11.999
Relações Interfinanceiras	639.023	586.531
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	115	37
Credores por Recursos a Liberar	19.030	79.876
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	142.949	27.292
Obrigações por Transações de Pagamentos	-	33
Obrigações por Convênios Oficiais	52.338	35.927
Credores Diversos - País	163.822	142.719
Outros Passivos	49.438	42.498
Total	1.614.541	1.463.335
Total Passivo Circulante	1.504.312	1.368.102
Total Passivo Não Circulante	110.229	95.233

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
até 1 ano	23.671	24.981
de 1 ano a 5 anos	54.696	45.025
acima de 5 anos	24.391	7.644
Total	102.758	77.650

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	201.931	190.030	391.961
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(70.931)	(33.695)	(104.626)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(362)	-	(362)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	54.665	33.840	88.505
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(195.792)	(175.353)	(371.145)
Saldo Final em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	32.669	(372.966)	(340.297)
Saldo Final em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesas Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2025	11.515

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesas Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.068	22.934	61.002
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(21.236)	(14.159)	(35.395)
Saldo Final Ajustado	16.832	8.775	25.607

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.067.700	478.161
Créditos a Instituições Financeiras	68.692	71.843
Empréstimos e Recebíveis	2.014.691	1.629.601
Títulos de Investimento	2.152.120	2.339.723
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	77.227	62.790
Outras Receitas Financeiras	6.110	8.431
Total	5.386.540	4.590.549
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.359.822)	(1.229.870)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(2.521.857)	(1.915.274)
Depósitos Especiais	(667)	(542)
Outras Despesas Financeiras	(11.234)	(1.238)
Total	(3.893.580)	(3.146.924)
Margem Financeira	1.492.960	1.443.625

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	116.040	114.800
Cartões de Crédito/ Débito	83.003	62.798
Administração de Fundos de Investimentos	18.462	32.097
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	14.611	13.678
Arrecadações e Convênio	24.962	25.104
Transferência de Fundos e Recursos	-	17.476
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	-	18.510
Cobrança	15.722	15.352
Corretagem de Seguros, Previdência e Capitalização	51.489	35.783
Serviços de Custódia	927	775
Outras Receitas de Prestação de Serviços	36.158	10.689
Total	361.374	347.062
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(73.459)	(86.865)
Cartões de Crédito	(35.942)	(36.471)
Correspondente Bancário	(16.903)	(17.784)
Informação Cadastral	(3.581)	(3.407)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(17.033)	(29.203)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(21.350)	(27.795)
Despesas de Corretagem de Seguros	(29.536)	(23.850)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(3.757)	(4.222)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(17.614)	(17.604)
Total	(145.716)	(160.336)
Resultado Líquido	215.658	186.726

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	1.054
Fundos de Investimento	71.933	89
Total	71.933	1.143
Resultado Líquido	71.933	1.143

26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Títulos de Renda Fixa	-	34.570
Total	-	34.570
Resultado Líquido	-	34.570

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	168.627	193.980
Pessoas	225.529	158.941
Total	394.156	352.921
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(154.076)	(145.837)
Pessoas	(75.137)	(60.001)
Total	(229.213)	(205.838)
Resultado de Seguros e Previdência	164.943	147.083

28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	658.798	143.765
Total	658.798	143.765
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(959.062)	(315.213)
Outras Provisões	(9.692)	(2.752)
Total	(968.754)	(317.965)
Resultado Líquido	(309.956)	(174.200)

29. DESPESA DE PESSOAL

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	(316.232)	(294.918)
Encargos Sociais Obrigatórios	(101.944)	(98.263)
Benefícios	(95.766)	(86.643)
Participações Estatutárias no Lucro	(123.257)	(88.653)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(10.339)	(8.703)
Treinamento	(4.673)	(2.209)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(282)	(387)
Remuneração do Conselho Fiscal	(884)	(1.201)
Total	(653.377)	(580.977)

30. PROVISÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	16	-
Reversão de Provisões Cíveis	7.235	10.025
Reversão de Provisões Fiscais	1.013	7.454
Reversão de Provisões Outras	-	692
Total	8.264	18.171
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(17.641)	(23.464)
Contingências Cíveis	(13.421)	(6.225)
Contingências Fiscais	(7.877)	(2.777)
Contingências Outras	(5)	(806)
Total	(38.944)	(33.272)
Resultado das Provisões	(30.680)	(15.101)

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição ao Cofins	(91.136)	(80.753)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(19.562)	(18.572)
Contribuição ao PIS/PASEP	(15.289)	(13.263)
IPTU	(1.402)	(1.503)
Outras	(583)	(2.180)
Total	(127.972)	(116.271)

32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciações e Amortizações	(122.506)	(100.222)
Serviços Técnicos Especializados	(64.595)	(71.593)
Processamento de Dados	(59.770)	(56.209)
Segurança e Vigilância	(25.934)	(24.624)
Manutenção e Conservação de Bens	(25.052)	(28.223)
Comunicação	(13.101)	(11.353)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(38.962)	(28.622)
Transporte	(11.407)	(11.489)
Água, Energia e Gás	(6.179)	(6.421)
Serviços de Terceiros	(15.930)	(14.760)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(9.457)	(6.855)
Viagens	(1.859)	(2.448)
Materiais	(2.530)	(2.980)
Aluguéis (1)	(1.976)	(2.755)
Seguros	(300)	(327)
Contribuições Filantrópicas	(3.533)	(2.211)
Outras Despesas Administrativas	(16.701)	(11.542)
Total	(419.792)	(382.634)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas		
Dividendos de Ações Disponíveis para Venda	-	2
Ganho de Capital	2.087	-
Recuperação de Encargos e Despesas	3.666	2.582
Atualizações Monetárias	13.795	11.447
Depósitos Judiciais	13.763	11.412
Outras Atualizações	32	35
Receitas de Aluguéis	924	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	-	770
Reversão de Provisões Operacionais	7.116	18.788
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	1.712	-
Variações Cambiais Ativas	1.031	1.248
Outras Receitas Operacionais	13.264	1.738
Outras Rendas Não Operacionais	1.243	1.257
Total	44.838	37.832
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(24.704)	(23.799)
Despesas com Cartões	(5.872)	(6.675)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(52)	-
Perda de Capital	-	(5.393)
Ressarcimento de Custos	(6.192)	(3.018)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-	(37)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(17.340)	(7.406)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(738)	(1.763)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(2.506)	(1.348)
Despesa com Processos Cíveis	(459)	(133)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.792)	(1.604)
Despesa com Regulação de Seguros	(674)	(690)
Variações Monetárias Passivas	(83)	(51)
Variações Cambiais Passivas	(60)	(188)
Outras Despesas Operacionais	(14.848)	(688)
Outras Despesas Não Operacionais	-	(409)
Total	(75.320)	(53.202)
Resultado Líquido	(30.482)	(15.370)

34. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 339.919 (R\$ 428.634 em 2024), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146 (315.912.860 em 2024). O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,98 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1,36 em 31 de dezembro de 2024.

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.000 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador - Banco Central do Brasil - foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76,

como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Base de Cálculo:		
Lucro do Exercício BRGAAP	413.435	392.487
Reserva Legal	(20.672)	(18.103)
Base de Cálculo	392.763	374.384
Total Dividendos e JSCP do Exercício	236.828	151.699

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 236.828 (R\$ 151.699 em 2024), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 1.521 (R\$ 1.114 em 2024), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 235.307 (R\$ 150.585 em 2024), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2026.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos exercícios de 2025 e 2024:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2025	22.500	(166)	22.334	0,071222171
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2025	24.750	(181)	24.569	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários 2º semestre/2025	76.835	(566)	76.269	0,221106055
Dividendos do 2º semestre/2025	30.000	-	30.000	0,086329905
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	236.828	(1.521)	235.307	0,711797874

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre /2024	29.124	(214)	28.910	0,092189979
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,68373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 2º semestre/2024	36.175	(269)	35.906	0,114509425
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	151.699	(1.114)	150.585	0,480192544

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	123.660	136.493
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	150.251	159.790
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.396.412	1.335.200
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	33.188	50.102
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	88.586	131.077
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.019.649	3.294.832
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	527.740	465.154
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	201.896	158.328
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	432.316	1.175.512
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	52.017	57.672
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.586	7.511
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	256.654	235.518
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	362.008	339.546
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	5.386	70.603
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	160.171	147.617
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.626	8.317
FUNSES FIC FIM	935.536	735.744
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.298	2.217
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	20.503	18.167
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.574	18.361
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.135	12.560
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.913	5.136
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.145.075	-
BANESTES Adm. Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	12.275	-
BANESTES Adm. Rec. Terc. - FIF- Banestes FIF Soberano Simples	107.327	-
BANESTES Synergy Long Only FIF	6.274	-
Total	10.092.056	8.565.457

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES

<https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No exercício de 2025 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 18.162 (R\$ 14.386 em 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

Os Conselhos Deliberativo da BANESSES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O exercício encerrado em 31/12/2025 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e IAS 19.

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
Períodos findos em	31/12/2025	31/12/2024
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.294.040	1.410.389
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	1.105	533
3. Custo dos juros	139.601	133.355
4. Fluxo de caixa		
a. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(142.256)	(55.235)
5. Outros eventos significativos	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas financeiras	21.310	(195.002)
b. Efeito da experiência do plano	51.311	-
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do período	1.365.111	1.294.040

	31/12/2025	31/12/2024
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.604.983	1.578.820
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	166.895	145.305
3. Fluxo de caixa		
a. Contribuição do participante	10.361	4.855
b. Contribuição do patrocinador	7.294	3.105
c. Benefícios pagos pelo plano líquido contribuições assistidos	(142.256)	(55.235)
4. Outros eventos significativos	-	-
5. Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	38.141	(71.867)
6. Efeito da mudança de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do período	1.685.418	1.604.983

	31/12/2025	31/12/2024
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	1.365.111	1.294.040
2. Valor justo do ativo do plano	(1.685.418)	(1.604.983)
3. Situação Financeira do plano	(320.307)	(310.943)
4. Efeito do limite máximo teto do ativo	320.307	310.943
5. Passivo/(ativo) líquido	-	-

	31/12/2025	31/12/2024
D. Componente do custo/(receita) de benefício definido do período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(9.256)	(4.522)
b. Custo total do serviço	(9.256)	(4.522)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	139.601	133.355
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(166.895)	(145.305)
c. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	27.294	11.950
d. Custo total dos juros	-	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(9.256)	(4.522)

	31/12/2025	31/12/2024
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo período		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	999	1.105
Custo do serviço corrente bruto	999	1.105
Contribuições esperadas de ativos para próximo período	-	-
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho)/Perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	999	1.105
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	167.061	139.601
b. Juros/(rendimento) sobre o valor justo dos ativo do plano	(206.260)	(166.895)
c. Juros/(rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo)/passivo oneroso	39.199	27.294
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	999	1.105

	31/12/2025	31/12/2024
F. Movimentação do Passivo Líquido		
1. Passivo/(ativo) líquido no final do exercício anterior	(310.943)	(126.377)
2. Despesa do ano	(9.256)	(4.522)
3. Pagamento de contribuição patrocinadora	(7.294)	(2.953)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do período	(34.481)	(165.141)
5. Variação no teto do ativo	(27.294)	(11.950)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(ativo) líquido no final do período	(389.268)	(310.943)

	31/12/2025	31/12/2024
Premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,24%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	7,59%	7,37%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	0,00%	4,03%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%	3,00%
5. Taxa nominal de reajuste de benefício	0,00%	0,00%

	31/12/2025	31/12/2024
Premissas para determinar o custo/(receita) de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	10,59%	10,57%
2. Taxa de desconto atuarial	7,37%	6,34%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	4,03%	5,02%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,98%
5. Tábua de mortalidade geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo

	31/12/2025	31/12/2024
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	31,37	31,12
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	55,08	54,95

	31/12/2025	31/12/2024
Análise de sensibilidade nas Hipóteses		
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto -1,00%	1.453.953	1.458.735
Premissa da análise	6,59%	9,49%
2. Taxa nominal de desconto +1,00%	1.270.191	1.211.079
Premissa da análise	8,59%	11,70%

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa esperados para os próximos anos		
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	145.759	136.639
Ano 2	142.897	134.214
Ano 3	139.873	130.832
Ano 4	136.679	128.386
Ano 5	133.314	125.905
Próximos 5 anos	610.337	593.357

	31/12/2025	31/12/2024
Estatísticas dos participantes		
1. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	972	1.114
b. Folha anual de salários de participação	139.983	158.767
c. Salário de participação médio anual	144	143
d. Idade média	49,1	48,7
e. Tempo de serviço médio	22,8	22,7
2. Aposentados e pensionistas		
a. Quantidade	2.464	2.516
b. Benefício médio anual	116.710	145.047
c. Idade média	69,94	69,11

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no exercício de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital Próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 217.777 (R\$ 200.277 em 2024).

Transação	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(7.631)	(6.660)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(7.631)	(6.660)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(18.795)	(11.891)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(18.795)	(11.891)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.370.379)	(5.683.336)	(765.768)	(650.841)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.370.379)	(5.683.336)	(765.768)	(650.841)
Demais Transações (3):	134.837	111.303	11.318	11.982
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(832)	(950)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	134.837	111.303	18.311	12.932
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(1.855)	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(3.929)	-
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(377)	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/12/2025				31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	1.705	8.634	884	282	1.369	7.685	850	387
Participação nos resultados	228	2.806	-	-	516	2.287	-	-
Benefícios pós-emprego	-	265	-	-	-	318	-	-
Totais:	1.933	11.705	884	282	1.885	10.290	850	387

39. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
BRGAAP	2.411.697	2.357.214	413.435	392.487
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(4.453)	(110.797)	(127.651)	35.314
Contratos de Arrendamento	-	3	-	4.051
Efeito Fiscal	1.773	44.907	62.157	(22.508)
Outros	14.214	22.221	(8.022)	19.290
IFRS	2.423.231	2.313.548	339.919	428.634
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	11.534	(43.666)	(73.516)	36.147

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

40. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 23 de fevereiro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 23 de fevereiro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Marcos Travaglia
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
José Roberto Macedo Fontes
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e suas controladas ("Banestes" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes registrou em 31 de dezembro de 2025, R\$ 496.074 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados. A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses. A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas. Devido à relevância das operações de crédito para o Banestes e à incerteza significativa envolvida na mensuração da provisão de perdas esperadas – principalmente em razão da complexidade dos modelos e da subjetividade e precisão das premissas utilizadas – consideramos este um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito; - avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados; - recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; - avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e - avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(I) e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$178.665 mil. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; - obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; - avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; - avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e - avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes, bem como ajustes que afetariam a mensuração das provisões, os quais não foram registrados e divulgados pela Administração por terem sido considerados imateriais. Em função disso, ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 39)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações

financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 39, é apresentada como informação suplementar para fins do *IFRS Accounting Standards*. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BR GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

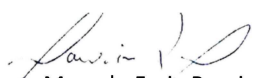
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO 2025

Introdução - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo foi instalado em março de 2010 pelo Conselho de Administração, e está em conformidade com a Resolução n.º 4.910, de 27/5/2021, do Conselho Monetário Nacional e Estatuto Social do Banestes (disponível no site <http://www.banestes.com.br/ri>), sendo que a partir de agosto de 2014 suas atividades se estenderam à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução n.º 432/2021 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Competências - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, e desempenha as suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A composição do Comitê de Auditoria é formada por três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, composto pelos Senhores Mario Zan Barros (coordenador), Christiano Santos Corrêa e José Roberto Macedo Fontes.

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das Demonstrações Financeiras do Banestes e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Sistema Financeiro Banestes e pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e a toda Legislação aplicável, e tem proporcionado livre acesso do Comitê de Auditoria às áreas do Banco, mantendo um canal de comunicação efetivo com o Comitê de Auditoria.

Atividades exercidas no período - o Comitê de Auditoria realizou 29 (vinte e nove) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 17 (dezessete) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de

reuniões previamente agendadas no início do exercício, para cumprimento de suas obrigações. Das 29 (vinte e nove) reuniões, 15 (quinze) foram realizadas no primeiro semestre, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 9 (nove) extraordinárias; e 14 (quatorze) reuniões no segundo semestre, sendo 06 (seis) reuniões ordinárias e 8 (oito) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, para o cumprimento de suas obrigações regimentais, estatutárias e demais normativos legais, com destaque para as seguintes atividades:

- Conhecimento das perspectivas do Banestes e das estratégias da Diretoria quanto às políticas gerais e de controles internos da instituição;
- Aprovação e acompanhamento do Plano da Auditoria Interna: sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pelo Conselho da Administração;
- Conhecimento do teor das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes, realizadas entre 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025;
- Conhecimento e acompanhamento do plano de implementação da Instituição referente à Resolução CMN 4.966/21;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos e auditores independentes;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Recebimento a análise das manifestações feitas pelo canal de denúncias e da Ouvidoria e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética.

Os assuntos tratados nas reuniões do Comitê de Auditoria foram registrados em Atas, que estão arquivadas à disposição do Conselho de Administração do Banestes e do Banco Central do Brasil e fazem parte deste relatório, em sua versão completa.

Sistemas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos - A Diretoria responsável pela área de riscos e controle tem como principais funções as atividades de controle interno, gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, e pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controle na Instituição. O monitoramento de risco operacional e a avaliação da efetividade dos

controles internos são desenvolvidos com o objetivo de manter o ambiente de controle interno, dentro dos padrões estabelecidos. O Comitê de Auditoria acompanha as suas atividades por meio de reuniões e relatórios e tem recomendado uma ampliação dos processos de gestão de riscos, avaliação e melhoria dos controles internos, adequada ao porte e à complexidade dos negócios do Banestes, especialmente no que diz respeito aos processos que envolvem a área de Tecnologia da Informação (TI). O Comitê de Auditoria também entende que as atividades que se relacionam à política de crédito do Banco, incluindo os seus controles, devem merecer atenção especial dos gestores e contar com apoio efetivo dos sistemas de informática.

Auditoria Interna - O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna durante o exercício de 2025 para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, bem como para o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria e conhecimento dos trabalhos realizados e eventuais anomalias identificadas. É responsabilidade da Auditoria Interna comunicar ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração eventuais deficiências que possam comprometer a efetividade dos controles internos do Banestes e/ou a qualidade de suas demonstrações financeiras. Os relatórios da Auditoria Interna, no período, não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade tivesse colocado em risco, de forma irreversível, a continuidade dos negócios do Sistema Financeiro Banestes. Os assuntos levantados pela Auditoria Interna sobre melhorias no ambiente de controle interno são discutidos com os gestores e diretores responsáveis com o objetivo de regularização e, nos casos mais relevantes, o Comitê de Auditoria atua junto ao Diretor responsável para aprimoramento e fortalecimento dos controles internos. O Comitê de Auditoria também avaliou a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e solicitou a inclusão de algumas ações sobre temas considerados relevantes.

Ouvidoria Geral - O Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Gerente da Ouvidoria Geral e recebeu os relatórios quantitativos e qualitativos acerca da atuação da Ouvidoria do Banestes, referentes ao ano de 2025, sem que houvesse necessidade de encaminhamento de proposições ao Conselho de Administração.

Auditoria Externa - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras semestrais e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais no exercício de 2025.

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. no ano de 2025 e avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores, tanto em relação ao volume e a qualidade das informações fornecidas, quanto ao teor do seu relatório, com

o qual concorda, foram satisfatórios. Além disso, o Comitê não recebeu informações que evidenciassem fatos que pudessem comprometer a independência dos auditores externos. Por sua vez, os Auditores Independentes confirmaram a manutenção de uma adequada política de independência e que, no desempenho de suas atividades de auditoria no Sistema Financeiro Banestes ("SFB"), não ocorreram situações que pudessem afetar essa independência. Na conclusão dos trabalhos de auditoria não foram apontadas falhas materiais no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas Internas, cuja gravidade pudesse comprometer a continuidade dos negócios do SFB.

Demonstrações Financeiras - O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios financeiros e relatório da administração com data base em 31/12/2025, tendo ainda, realizado reuniões com os responsáveis pela elaboração de tais documentos e com os auditores independentes, para informações e esclarecimentos adicionais. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo Banestes na elaboração de demonstrações financeiras, não tendo sido constatados fatos ou diferenças que pudessem influenciar, de forma material, a situação econômica e financeira da Instituição.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes DTVM), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda.(Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas. O Comitê tem recomendado a ampliação das ações que visam à redução de processos manuais e à integração de sistemas na Banestes Seguros S.A.

Foi verificado também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes DTVM.

Recomendações - Com base em análises de assuntos discutidos em reuniões e em relatórios e/ou informações obtidas nas diversas áreas do Sistema Financeiro Banestes e Auditoria Externa, o Comitê tem recomendado ao Conselho de Administração do Banestes, a adoção de medidas para aprimorar as atividades relacionadas à mitigação de riscos, especialmente os riscos envolvendo a área de TI, a gestão do crédito, o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos sistemas informatizados.

Conclusão - O Comitê de Auditoria do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício

de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras.

Além disso foram procedidas às análises das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, as Demonstrações Financeira Padronizadas - DFP, o Relatório do Conglomerado Prudencial do 2º semestre de 2025, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e considerando as informações prestadas pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Vitória (ES), 23 de fevereiro de 2026

Mário Zan Barros
Coordenador

José Roberto Macedo Fontes

Christiano Santos Corrêa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 23 de fevereiro de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 23 de fevereiro de 2026

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças